

AS DUAS CRISES POLONESAS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 13/09/89

Ao contrário do que sugere o noticiário da imprensa a Polônia enfrenta nos anos 80 duas crises e não apenas uma. O drama do povo polonês não se resume apenas à crise do comunismo. Tão ou mais grave é a crise da dívida externa que a Polônia vem enfrentando. O "sindicato" Solidariedade transformou-se afinal em um partido político e assumiu o poder na Polônia. Apenas os ministérios da Defesa e do Interior (segurança interna) ficaram para os comunistas. Se a crise da Polônia derivasse apenas do estatismo, se fosse uma crise econômica e política derivada unicamente da ineficiência econômica e do autoritarismo político estadista, o Solidariedade não teria dificuldade em enfrentar e superar essa crise. A oposição poderia vir da burocracia comunista ou da União Soviética. Jamais de dentro do próprio país. Jamais dos próprios poloneses inconformados com a incapacidade de o novo governo resolver a crise econômica. Bastaria caminhar em direção ao capitalismo para que os problemas fossem resolvidos. A questão, entretanto, não é tão simples porque existe também uma enorme crise da dívida externa. E a probabilidade de que a Solidariedade fracasse por não conseguir enfrentar esse problema é muito grande.

Para o mundo capitalista é muito fácil atribuir todos os males da Polônia ao comunismo. Entretanto, se examinarmos com mais atenção o que está acontecendo nos países do leste Europeu, veremos que apenas em três países há uma grande crise econômica que vai se transformando em crise política: a Polônia, a Hungria e a Iugoslávia. É nesses países que os padrões de vida estão em franco declínio e a inflação cresce assustadoramente. Os demais países do leste europeu apresentam problemas, enfrentam dificuldades derivadas da ineficiência e do autoritarismo comunista, mas não se pode dizer que estejam imersos em uma grande crise. E a União Soviética, através da perestroika e da glasnost, está enfrentando as crises normais de uma grande transformação.

Ora, o que há de comum naqueles três países, além do comunismo - na Iugoslávia, por sinal, já bastante mitigado - é uma enorme dívida externa. É essa dívida externa, contraída durante os anos 70, que está desorganizando as economias desses países, provocando enorme transferências de recursos, uma crise fiscal, e

ameaçando esses países com a hiperinflação. Esse quadro é, aliás, extremamente parecido com o existente nos países da América Latina que se endividaram também nos anos 70.

Em vista disto, a probabilidade que o Solidariedade fracasse em sua tarefa, se não tiver a coragem de enfrentar com firmeza a crise da dívida externa, é enorme. Da mesma forma que na América Latina os novos regimes democráticos chegaram ao poder em função da crise da dívida externa e em seguida fracassaram por não terem sido capazes de resolver o problema, o Solidariedade está assumindo o governo da Polônia em função dessa crise mas não parece estar preparado para enfrentá-la.

O sinal dessa falta de preparo está no fato de que o Solidariedade está contando com a boa vontade dos governos dos países credores. Ora, jamais será através dessa "boa vontade" que o problema ser resolverá. Os dirigentes dos Estados Unidos, da Alemanha, da França e da Inglaterra visitaram a Polônia, mostraram naturalmente toda a simpatia para com o Solidariedade, mas em termos de apoio financeiro para resolver o problema da dívida pouco ou nada fizeram. Não fizeram nem farão. Estão muito preocupados com seus problemas internos para agir de forma diferente.

Os dirigentes do Solidariedade, entretanto, da mesma forma que as elites empresarias na América Latina, têm medo de enfrentar os bancos credores. Querem a integração da Polônia com a economia dos países capitalistas desenvolvidos, e imaginam que para obter essa integração precisam "tratar bem os bancos credores", de forma a lograr "a boa vontade dos seus governos". Não percebem que os bancos credores não representam os interesses de seus países, ignoram que nos países credores já existem amplos setores favoráveis à redução da dívida dos países altamente endividados. E principalmente não sabem que a desejada integração no Primeiro Mundo não se consegue através do pedido de boa vontade, mas como resultado da retomada do desenvolvimento com estabilidade de preços.